

---

## ***Phrônesis* Como Virtude Nos Processos de Julgamento Moral do Jornalismo<sup>1</sup>**

Dairan Mathias Paul<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **Resumo**

O artigo discute quais são os processos cognitivos e morais implicados nos julgamentos realizados por jornalistas. Considera a contribuição de estudos baseados na psicologia para discutir a formação de esquemas e modelos mentais que auxiliam no processamento de informação por parte dos profissionais. Em seguida, apresenta dados sobre pesquisas de desenvolvimento moral que mensuram graus de raciocínio ético. O texto finaliza aprofundando o conceito de *phrônesis*, considerado como elemento central nos julgamentos de jornalistas. Entende que a empatia, uma das virtudes vinculadas à doutrina aristotélica, permite complexificar a tomada de decisões perante dilemas morais, pois parte de uma perspectiva intersubjetiva e relacional.

### **Palavras-chave**

Ética jornalística; *phrônesis*; desenvolvimento moral; empatia; jornalismo e conhecimento.

### **Introdução: uma abordagem multidisciplinar para os estudos em ética jornalística**

A dimensão moral do jornalismo tende a ser explicada por abordagens filosóficas, na falta de um corpo teórico específico para os estudos em ética jornalística (LORENZO, 2011). Pesquisas que fogem desse escopo são menos frequentes, embora existam. Nesse sentido, este artigo parte de uma perspectiva multidisciplinar e dialoga com o terreno ético, em sua acepção filosófica, mas também com as contribuições da psicologia para a compreensão das tomadas de decisão no jornalismo. Pretende-se articular a doutrina aristotélica das virtudes e, em especial, o conceito de saber prático (*phrônesis*) como elemento central nos processos de reflexão realizados pelos profissionais quando se deparam com dilemas.

No que tange às pesquisas dedicadas aos processos produtivos do jornalismo, temos uma sobreposição de abordagens sociológicas que se valem da observação de rotinas nas redações. Este enfoque busca compreender fatores estruturais que condicionam julgamentos realizados por jornalistas durante a construção de notícias.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC). Mestre pela mesma instituição. Pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS – objETHOS.wordpress.com).

---

Contribuem para revelar o papel exercido por instituições, linhas editoriais, ideologias, valores-notícia e cultura profissional (TUCHMAN, 1978; FISHMAN, 1990; GANS, 2004).

Embora reconheça a importância desses estudos, Van Dijk (1990) diz que tais pesquisas não dão conta de explicar os processos cognitivos de interação e produção da notícia. Neste rol, estão inclusas as tomadas de decisão realizadas por jornalistas, o que perpassa também julgamentos de valor acerca daquilo que é certo ou errado. Daí a sugestão do autor para que os estudos microsociológicos adicionem um componente psicológico em suas análises sociais, indo além dos fatores estruturais.

Segundo Donsbach (2004), abordagens psicológicas não são bem recebidas no campo das ciências sociais porque buscam encontrar “leis” no comportamento humano, focando antes nas semelhanças dos indivíduos do que na sua diversidade. No entanto, esta seria uma leitura equivocada: na psicologia, padrões de comportamento não são entendidos como limitações para o comportamento humano. Stocking e Gross (1999) também advogam por essa defesa, lembrando que pesquisas sobre psicologia cognitiva estiveram, em um primeiro momento, orientadas para os efeitos da comunicação no público. Se na abordagem da recepção partia-se do princípio de que consumidores não eram passivos – ou seja, de que há um processo cognitivo que transforma informação em conhecimento –, o mesmo não acontecia nos produtores: presumia-se que jornalistas eram muito mais afetados por constrangimentos e rotinas organizacionais, de modo que suas atitudes, crenças e valores subjetivos têm pouca ou quase nenhuma contribuição no processo de formação das notícias. Sem desconsiderar a natureza social da prática jornalística, Stocking e Gross (1999) também chamam atenção para os processos cognitivos de conhecimento acionados pelo indivíduo jornalista.

### **Processos cognitivos nas tomadas de decisão**

Os processos de deliberação moral realizados por profissionais são sustentados, dentre outros fatores, por uma teoria geral das crenças. Estas são unidades de informação armazenadas em uma das dimensões da mente, a memória, sendo construídas, reativadas e processadas por meio de tarefas cognitivas que resultam em interações e ações sociais. Na abordagem sociodiscursiva de Van Dijk (1998), elas também são consequências de discursos, conceito central para o autor.

---

Uma vez que a memória também armazena competências e conhecimentos mais abstratos, como andar e comer, faz-se necessária uma delimitação inicial. Crenças são expressas em proposições, estão relacionadas a um conteúdo e são compartilhadas socialmente, formando nossas opiniões sociais. Têm como base um conhecimento cultural e uma ordem moral, fundamentando valores que balizam princípios de julgamentos.

Van Dijk (1990, p. 157) define como “formas especiais de cognição social” as opiniões, atitudes e ideologias, pois pressupõem uma incorporação e compartilhamento de normas e valores em grupos sociais organizados por classe, gênero, faixa etária e etnia, por exemplo. Desse modo, um ato de preconceito é uma ação apenas individual ou “acidental” – pode ser entendido como uma estratégia em sincronia com as necessidades e interesses de grupos que desejam manter uma posição dominante.

Se opiniões sociais são crenças valorativas ligadas à ordem moral da sociedade, o conhecimento, por sua vez, refere-se à ordem epistêmica que fundamenta crenças factuais socialmente compartilhadas. Ele está parcialmente organizado em formas pré-consolidadas que representam o conhecimento estereotipado acerca de ações e acontecimentos da vida social, acionado por meio de modelos mentais. Estes têm a forma de *scripts* ou esquemas socialmente compartilhados e, quando reunidos, formam algo que vagamente pode-se denominar como “conhecimento de mundo” (VAN DIJK, 2005). Tal conhecimento armazenado de forma esquemática é próximo daquilo que Lippmann (2009) entende por “estereótipos”, ou seja, concepções que “governam profundamente todo o processo de percepção” (LIPPMANN, 2009, p. 91) e atravessam julgamentos na forma de marcos sociais. Estereótipos são o cerne dos códigos morais de diversos tipos (familiares, profissionais, econômicos, pessoais), chegando ao ponto que “determinam largamente que grupo dos fatos nós veremos, e sob que luz nós os enxergamos” (LIPPMANN, 2009, p. 120).

De forma geral, supõe-se que os processos de avaliação de acontecimentos são regidos por um sistema de valores próprios do jornalismo. Ou seja, se o evento está adequado aos critérios informativos, há mais possibilidades para que ele se transforme em um acontecimento jornalístico. Van Dijk (1990) considera que essa explicação é vaga, pois não explicita “como” ocorre esse processo.

Para o autor, a percepção e interpretação de acontecimentos resulta de um modelo que é subjetivo, mas socialmente controlado pela memória do repórter. Essa explicação

---

poderia ser dada para quaisquer observações – no caso daquela realizada por um jornalista há objetivos específicos, como a representação do acontecimento tendo em vista seu potencial de reprodução no discurso jornalístico. Categorias cognitivas que definem esse filtro implicam conceitos como interesse público, novidade, consequências etc. Também estão condicionados por fatores estruturais, sendo tempo o mais notório deles. Nesse sentido, a organização das rotinas jornalísticas é feita de modo a compensar certas limitações, como a divisão temática em editorias. Busca-se atender ao maior número possível de critérios, no limite espaço-temporal dado aos profissionais.

Quando se deparam com um grande número de informações, jornalistas utilizam estratégias cognitivas para processá-las. Selecionam fontes credíveis, normalmente ligadas a instituições, e reproduzem (parcial ou integralmente) materiais de assessorias e agências. Donsbach (2004) sintetiza que há certo consenso sobre pelo menos quatro fatores que impactam nas decisões de profissionais a respeito de quais histórias podem ser noticiadas: valores-notícia, objetivos institucionais, poder manipulativo das fontes de notícia e crenças subjetivas dos jornalistas. No entanto, o pesquisador adiciona duas variáveis que podem explicar com mais profundidade esse processo psicológico: a necessidade de uma validação social das percepções, e a condição das pré-disposições já existentes.

Jornalistas tomam decisões factuais e valorativas o tempo inteiro acerca do que é verdadeiro, relevante, bom ou ruim. No entanto, ao contrário de outras profissões, há quatro implicações específicas nas suas tomadas de decisão: elas ocorrem sob pressão de tempo, sob pressão de competição, não possuem critérios objetivos para avaliá-las e seus resultados se tornam públicos com mais visibilidade, seja na forma de sucesso ou falha. É por isso que Donsbach (2004) infere que jornalistas vivem “situações indeterminadas”, pois seu julgamento de valor ancora-se em alguma medida à realidade e são mais difíceis de serem falseados. O mais próximo que podemos chegar à validação de crenças ou atitudes dos profissionais seria a constituição de realidades compartilhadas. Ou seja, percepções de jornalistas tendem a ser confiáveis quando reproduzidas por outros<sup>3</sup> e são validadas porque se tornam crenças intersubjetivas – trata-se do fator de validação social.

---

<sup>3</sup> No caso do jornalismo, os “outros” são os próprios jornalistas, tanto pelo fácil acesso quanto por representarem normas profissionais e, portanto, serem percebidos como influências legítimas na tomada de decisão. Evidentemente, colegas de trabalho não são as únicas referências: Donsbach (2004) lembra que o processo sociopsicológico no julgamento desses profissionais também é atravessado por pressões editoriais, ameaças, censuras e medo de demissão, de modo que a autopercepção que jornalistas têm de si como sujeitos independentes nas suas decisões tende a internalizar uma “conformidade” às rotinas

---

O segundo aspecto psicológico que influenciaria na percepção de jornalistas é o conjunto de suas pré-disposições ativadas quando se deparam com acontecimentos, processam por meio de sistemas cognitivos e os reproduzem. Isso está ligado ao que Donsbach (2004) chama de atenção seletiva (quais estímulos serão respondidos), percepção seletiva (através de quais hipóteses as informações serão processadas) e retenção seletiva (quais informações serão mantidas na memória do jornalista). As pré-disposições afetam jornalistas quando suas opiniões corroboram ou não com o valor-notícia de uma história controversa – semelhante ao que Lippmann (2009) já destacava, ao inferir que tendemos a rejeitar experiências que contrariem nossos estereótipos.

Estes dois fatores psicológicos – a validação social dos julgamentos através de interações, e a estabilização de pré-disposições cognitivas – descrevem comportamentos humanos gerais. Contudo, Donsbach (2004) argumenta que eles estão mais presentes no jornalismo e têm mais relevância para essa prática. São mais recorrentes porque jornalistas, ao contrário de outras profissões, estão constantemente tomando decisões perceptivas acerca de fatos. São importantes porque tais julgamentos formam o ponto de partida de percepção de realidade dos cidadãos, uma vez que nossa imagem de mundo provém também, em alguma medida, dos processos internos que dinamizam as práticas dos jornalistas e geram o conhecimento jornalístico.

## **O desenvolvimento moral de jornalistas**

Os processos de julgamento realizados por sujeitos também são objetos de estudo de outra linha teórica denominada desenvolvimento moral. Com base nas contribuições de Jean Piaget<sup>4</sup>, o psicólogo Lawrence Kohlberg propôs seis estágios que refletem progressiva e linearmente um grau de raciocínio ético. Atualmente, compreende-se o modelo como uma série de pensamentos efetuados por meio de esquemas, ou seja, interações sociais prévias que são ativadas no processamento de informações perante

---

organizacionais. Schmitz (2018) comprova esse argumento ao colher e analisar dados empíricos sobre a discrepância na autonomia que jornalistas brasileiros percebem que têm, e naquela que de fato exercem durante a construção de seus textos.

<sup>4</sup> Considerado fundador do campo pelas pesquisas que realizou durante a década de 1960 sobre os processos cognitivos de crianças. Piaget refletiu sobre como os sujeitos entendiam regras morais junto de seus pares, observando sua origem e a possibilidade de modifica-las. O psicólogo suíço concluiu que há diferentes etapas na codificação e internalização de normas – em última instância, crianças evocaram sua autonomia e imaginação para contestar as regras morais impostas.

dilemas éticos<sup>5</sup>. Essa abordagem, menos estanque, destaca que sujeitos podem regredir nos seus estágios de desenvolvimento moral e recorrer a argumentos éticos menos complexos, ainda que tenham demonstrado um alto grau de raciocínio.

Algumas das críticas direcionadas ao trabalho de Kohlberg chamam a atenção para o papel que a emoção desempenha nas decisões éticas, uma vez que a teoria do psicólogo enfatiza uma natureza estritamente lógica nos juízos. Carol Gilligan infere que sujeitos não se movem por estágios morais, mas têm *insights* de pensamentos em diferentes tempos, realizando diferentes perguntas. A autora também articula o que chama de “ética do cuidado” aos fundamentos da ética dos direitos e das responsabilidades, princípios que balizam a teoria de Kohlberg, voltada à deontologia e ao utilitarismo. Segundo Gilligan, a conexão com os outros e o aspecto relacional dos sujeitos também são fatores importantes para a resolução de dilemas morais, e não apenas a obediência às regras.

As pesquisas de Kohlberg geravam livros com mais de 800 páginas, resultados de entrevistas em profundidade com os sujeitos sintetizados em dados que catalogavam o estágio de cada participante. James Rest, um dos alunos do psicólogo, desenvolveu junto de seus colegas um instrumento de papel e caneta chamado *Defining Issues Test* (DIT) para facilitar o mensuramento dos julgamentos morais. Mais de 400 estudos em 40 países já foram publicados utilizando o DIT como base, desde a década de 1970, o que atesta a sua validade, segundo Coleman e Wilkins (2009). Originalmente feito para profissões com um complexo componente moral envolvido, como as da área da saúde, o DIT é sugerido pelos seus criadores como um instrumento útil para mensurar tomadas de decisão em situações incertas.

Em suma, o teste apresenta seis dilemas éticos fictícios e pede aos respondentes que tomem decisões a partir deles (“é justificável roubar para salvar uma vida?”, por

---

<sup>5</sup> Os seis estágios de Kohlberg, portanto, são transformados em três esquemas. O estágio pré-convencional dá lugar ao esquema dos interesses pessoais, quando sujeitos entendem que as regras desenvolvidas por figuras autoritárias são invioláveis e que sua quebra representa uma punição. Pela abordagem de Kohlberg, o segundo estágio seria o convencional – na teoria dos esquemas, ele se refere à manutenção das normas. Regras são obedecidas porque o sujeito entende que elas servem à ordem social, podendo ser modificadas apenas se todos concordarem com as alterações. Por fim, o estágio mais alto no viés do psicólogo é o pós-convencional, que recebe o mesmo nome na perspectiva dos esquemas. Entende-se que regras e leis são respeitadas somente se possuírem um apelo ético universal, sem favorecer determinados grupos. Estes sujeitos estão dispostos a desafiar normas sociais e deixarem seus interesses particulares de lado. Jornalistas nesse estágio, por exemplo, concordariam em violar eventuais regras deontológicas da profissão se isso fosse preciso para resguardar a segurança de fontes, por exemplo.

exemplo). Após, os participantes leem 12 afirmações e avaliam a importância delas enquanto argumentos válidos para a resolução do dilema – as frases refletem os estágios morais propostos por Kohlberg, do pré-convencional ao pós<sup>6</sup>. Em seguida, elegem as quatro afirmações que consideram de maior importância na sua tomada de decisão e justificam a escolha. A partir disso, pesquisadores avaliam as respostas através de um cálculo que toma como base o nível ético mais alto – o pós-convencional – e formam um *score P* de valor agregado.

Com a estabilidade dos resultados do DIT aplicado a diversas profissões durante 30 anos, Rest e seus colegas criaram uma segunda versão (DIT-2), que incorpora dois novos dilemas fictícios, à escolha do pesquisador que aplica o teste. A ideia é contribuir para que estudos insiram questões éticas específicas de sua área.

É com base no DIT que são realizadas parte das pesquisas sobre psicologia moral aplicada ao jornalismo. Um dos primeiros e mais abrangentes estudos é o de Wilkins e Coleman (2005), com uma amostra de 249 jornalistas dos Estados Unidos. Profissionais pontuaram um score de 48.68, semelhante ao estudo *The cognitive moral development of journalists*, de Thomas Westbrook, o primeiro a utilizar o DIT com jornalistas, em 1995. Em menor escala, essa pesquisa contou com 66 jornalistas e registrou score de 48.1.

Em comparação com outras pesquisas de DIT já realizadas, Wilkins e Coleman (2005) estimam que jornalistas são o quarto grupo profissional com maior desenvolvimento de raciocínio ético, atrás de filósofos, médicos e estudantes de medicina. Estão à frente de dentistas, advogados, enfermeiros, relações públicas, publicitários, entre outros. Mas o que explica esse alto número nos julgamentos morais de jornalistas? Quais são as implicações disso?

Além do DIT, as pesquisadoras também realizaram um questionário de cunho geral com os participantes para aferir dados diversos. A partir dele, algumas correlações foram possíveis. Por exemplo, observou-se que respondentes identificados com fundamentalismos religiosos tiveram baixo score de raciocínio ético. Segundo Wilkins e Coleman (2005), estudos com outros grupos profissionais também encontraram essa correlação, o que pode ser explicado pela intolerância a visões contrárias prescritas pelas

---

<sup>6</sup> Dentre as 12 frases, Rest e seus colegas adicionaram afirmações vagas, mas que podem soar impressionantes por apelarem à moral. Quando os participantes conferem alto grau de importância a elas repetidamente, o resultado dos seus testes é descartado, pois sugere que os respondentes tentaram falseá-lo para parecerem pessoas “éticas”. Da mesma forma, quando assinalam “pouca importância” em muitas afirmações, entende-se que há uma automatização nas respostas e que os participantes estão apenas interessados em finalizá-lo rapidamente. O resultado também é descartado.



---

normas morais de ideologias fundamentalistas, mantendo estagnados os esquemas cognitivos.

Também foi observado que jornalistas inclinados a posições políticas liberais pontuaram um alto nível de raciocínio moral. O gênero, por sua vez, não produziu diferenças significativas no estudo – mulheres obtiveram um score discretamente maior. Raça, no entanto, foi um fator relevante na resolução de dilemas morais. Quando pessoas negras eram utilizadas como protagonistas de dilemas morais específicos do jornalismo, o nível de raciocínio moral tendia a ser mais baixo, o que pode ser interpretado como o acionamento de estereótipos vinculados a ideologias racistas, sejam elas conscientes ou não.

O tipo de jornalismo exercido (em rádio ou impresso) não foi relevante, embora repórteres investigativos tenham pontuado um score mais alto. Segundo as autoras, esse gênero enfrenta questões éticas com mais frequência do que outras práticas jornalísticas, que lidam com dilemas morais de forma mais episódica. Nesse sentido, ao “exercitarem” suas reflexões, pressupõe-se que jornalistas investigativos ganham experiência, o que coaduna com a teoria dos esquemas que citamos anteriormente. Estes profissionais, portanto, guardam modelos mentais de eventos que já resolveram, o que auxilia nas suas tomadas de decisão frente a novos problemas.

Um fator expõe a importância do contexto organizacional nas tomadas de decisão: segundo as autoras, o poder de escolha é uma variável relevante – quanto mais o jornalista dispõe dela (seja na escolha para cobrir a notícia que deseja ou praticar o jornalismo que gostaria) mais alto é o score P. É sintonizado com a compreensão contemporânea de desenvolvimento, entendido como um “conjunto complexo de interações dinâmicas do ser humano, que vive em um ambiente externo igualmente dinamizado” (WILKINS; COLEMAN, 2005, p. 3). O desenvolvimento moral, por sua vez, é definido pela noção de que “o modo como as pessoas pensam sobre questões éticas muda conforme o tempo, em parte devido ao desenvolvimento de outras psiques do indivíduo (como o intelecto) e em parte como resposta aos ambientes sociais e culturais em que as pessoas se encontram” (op. cit).

Alguns estudos que se desdobraram a partir dos resultados de Wilkin e Coleman (2005) buscaram encontrar outras variáveis correlacionais. Correa (2009), por exemplo, examina se a classe social dos sujeitos das notícias influencia no raciocínio ético de jornalistas. Sua hipótese é a de que profissionais apresentam níveis baixos de



desenvolvimento moral quando os sujeitos das histórias não são de classes médias e altas. O que sustenta essa ideia é a teoria psicológica da identificação social: membros de grupos tendem a demonstrar sentimentos positivos para sujeitos que eles consideram familiares. Nesse sentido, os jornalistas chilenos pesquisados pela autora, que são, em termos gerais, sujeitos homens, brancos e de classe média, tendem a se envolver com seus semelhantes. A identificação social associa elementos emotivos, como a empatia, e cognitivos, a exemplo da ideia de compartilhar o mesmo comportamento de outra pessoa por ser parte de um grupo.

Utilizando uma metodologia derivada do DIT, o *Journalists' Ethical Reasoning Instrument*, Correa (2009) apresentou dilemas morais específicos da profissão para 97 participantes envolvendo violência doméstica, suicídio, abuso sexual e de drogas. Jornalistas deveriam decidir se publicavam as histórias ou não depois que o protagonista delas mudou de ideia e pediu para que elas não viessem a público. Em dois dos dilemas, os sujeitos eram de classe média; nos outros, de classe baixa. Além disso, ainda foi aplicado um questionário com os respondentes, para que eles aferissem o quão envolvidos se sentiram com a fonte principal da história.

Correa (2009) concluiu que a classe dos sujeitos afeta o raciocínio moral dos jornalistas indiretamente: ela, por si só, não é correlacionada ao baixo nível de desenvolvimento. Isto ocorre apenas quando há também um baixo envolvimento dos profissionais com os sujeitos da notícia. Portanto, os efeitos de estereótipos baseados em classes sociais são moderados por mecanismos psicológicos, como a empatia e a aproximação do profissional com a fonte. A teoria da identificação social, por sua vez, não oferece explicações satisfatórias para dilemas morais.

Uma vez que o racismo é fator que interfere no julgamento moral de jornalistas, Coleman (2011) questiona se profissionais que fazem parte de minorias desenvolvem um raciocínio menos estereotipado sobre questões raciais. Assim como indicam os resultados de Correa (2009), Coleman (2011) sugere que a empatia pode estar ligada à redução de estereótipos, por ser um fator psicológico que impulsiona o pensamento moral para a ação. Seria plausível, portanto, que grupos minoritários que lutam contra a discriminação possam desenvolver uma resposta empática e, por consequência, um raciocínio moral mais elevado com membros de outras minorias.

Participaram 224 jornalistas asiáticos, negros e hispânicos, que foram apresentados a dilemas jornalísticos sobre questões sociais envolvendo fontes de

---

minorias. Nos mesmos moldes de Correa (2009), o estudo também trouxe quatro questões específicas sobre a empatia que sentiram pelos protagonistas das histórias fictícias.

Novamente, os resultados contrariaram a teoria da identificação social, que atribui características positivas a grupos semelhantes. Na amostra pesquisada, percebeu-se que jornalistas de minorias tratam igualmente todas as raças em relação às decisões morais, sem demonstrar preferência pela sua própria etnia ou transparecer um viés negativo em relação a outra. A empatia foi correlacionada com um alto nível de julgamento moral de asiáticos e negros, mas não no caso de hispânicos. Coleman (2011) não atribui nenhuma explicação específica para esse resultado.

De forma geral, o estudo revela que dois grupos de minorias jornalísticas demonstram aperfeiçoar seu julgamento moral quando sentem simpatia e compaixão pelas pessoas em seus dilemas, e imaginam estar no lugar delas. Para qualificar as tomadas de decisão no jornalismo, a pesquisadora sugere que é útil mirar nas emoções dos profissionais e, em especial, no valor da empatia.

Por fim, Lee, Coleman e Molyneux (2016) tocam em uma questão-chave para as pesquisas sobre desenvolvimento moral: se jornalistas estão entre os profissionais com alto grau de raciocínio ético, por que ainda se comete erros no jornalismo? Qual é o *gap* que existe entre pensar e agir eticamente? Sugerir que estes profissionais operam em altos níveis de raciocínio moral não significa concluir que eles agem de forma mais ou menos ética nos mesmos dilemas, dizem os autores.

Essa é uma preocupação clássica da psicologia. Nas pesquisas de comportamento, sugere-se que normas sociais têm um impacto significativo para essa lacuna. Elas são operacionalizadas como a percepção que pessoas têm sobre a pressão de desempenhar (ou não) um comportamento específico. Essa pressão vem de duas formas: podem ser normas injuntivas (nossa percepção sobre como outras pessoas, particularmente aquelas que são importantes para nós, acham que devemos nos comportar) e descritivas (percepção sobre como pessoas importantes a nós, de fato, se comportam).

Nesse sentido, o comportamento humano é influenciado pelo comportamento de outros sujeitos, tanto em termos do que achamos que eles fazem (normas descritivas) e do que achamos que eles querem que façamos (normas injuntivas). A distinção entre essas duas categorias nem sempre é clara, mesmo que elas sejam conceitualmente diferentes (LEE; COLEMAN; MOLYNEUX, 2016).

---

Segundo o trio de autores, normas injuntivas desestimulam comportamentos indesejados (uma placa de “não pise na grama”, por exemplo) ao contrário das descritivas (“muitas pessoas já pisaram na grama e a estragaram”), pois sugere que em algum momento, várias outras pessoas já se comportaram daquele modo. Estas, por sua vez, são úteis na promoção de comportamentos positivos.

Utilizando essas duas ideias como base, Lee, Coleman e Molyneux (2016) partem da hipótese de que normas injuntivas indicam comportamentos antiéticos no jornalismo, ao passo que normas descritivas sugerem comportamentos éticos. A análise contou com uma amostra de 45 jornalistas estadunidenses que trabalhavam em 33 redações. Foi aplicado um *survey* com seis comportamentos jornalísticos – três éticos (“reportar diversas perspectivas em uma história”, por exemplo), três antiéticos (“publicar *releases* sem editá-los”). Perguntou-se aos participantes quando foi a última vez que eles se viram em situações como aquelas. Em seguida, para aferir a norma injuntiva, marcaram em uma escala Likert de 7 pontos o quanto aquele comportamento era aprovado ou reprovado de acordo com 1) seu editor; 2) seus colegas da mesma instituição; 3) seus colegas de outra instituição dentro da mesma indústria; 4) seus colegas de outras indústrias de notícia (para um jornalista impresso seriam colegas de rádio, por exemplo). Para a norma descritiva, utilizou-se da mesma escala e fatores, mas para responder o quanto colegas desempenhavam, de fato, o comportamento ético ou antiético.

Os resultados das pesquisadoras encontraram correlação em dois dos três comportamentos antiéticos referentes às normas injuntivas. Ou seja, jornalistas efetuariam essas práticas se soubessem que outros profissionais aprovariam as atitudes. Normas descritivas, que indicam comportamentos éticos, foram sustentadas pelos três dilemas analisados no estudo. Quando profissionais pensam que outros jornalistas estão engajados nestes comportamentos, tendem a aderi-los.

Nesse sentido, o estudo sugere que a atuação positiva de jornalistas no estágio pós-convencional se deve antes por uma consciência ética (processada e internalizada principalmente por bons exemplos) do que pela expectativa de seus pares. Normas sociais têm mais peso para a validação de práticas antiéticas de jornalistas.

A partir dessas conclusões, Lee, Coleman e Molyneux (2016) lançam pistas sobre como normas descritivas podem ser reforçadas para qualificar o raciocínio de jornalistas frente a julgamentos morais. Algumas ações a serem tomadas incluem discutir e compartilhar, dentro das redações, exemplos de comportamentos éticos de repórteres, a

fim de mimetizar seu comportamento. A observação de boas práticas, como o estudo sugere, auxilia no reconhecimento de escolhas éticas complexas e “exercita” a tomada de decisão destes profissionais. Essa visada tem seu alicerce na ética das virtudes, que se preocupa com o desenvolvimento do caráter. Pensar um jornalismo virtuoso, portanto, pode ser a chave para qualificar julgamentos morais.

### ***Phrônesis*: sabedoria prática no raciocínio ético**

Se as normas descritivas reconhecem que jornalistas tendem a refletir e eventualmente mimetizar, em alguma medida, comportamentos éticos observados em seus pares, a ética das virtudes fornece terreno teórico que sustenta as tomadas de decisão no jornalismo orientando-as pela via do caráter, e não das regras. É uma perspectiva diferente da deontologia, por exemplo, que formula princípios morais e materializa-os em mecanismos externos, como códigos profissionais e regulamentações. Subjaz a essa compreensão que a ação dos agentes ocorre em obediência às regras – daí a influência de conceitos filosóficos como o imperativo categórico kantiano e o utilitarismo.

Há três conceitos centrais na ética aristotélica: *arête* (virtudes), *phrônesis* (sabedoria prática) e *eudaimonia* (florescimento humano). A primeira delas, que dá nome à doutrina do filósofo grego, refere-se às disposições necessárias para o agir moral. Adquirir virtudes pressupõe um grau de excelência do caráter e uma compreensão geral sobre moralidades. Quinn (2018) utiliza a virtude da verdade como exemplo: quem está comprometido a contar o que é verdadeiro, o faz porque entende que há algo intrinsecamente bom no ato. Está, portanto, internalizado no seu caráter e psiquê – não se conta a verdade porque é “correto”, como preconizaria a deontologia, mas porque o agente entende que há uma motivação moral por trás da ação. Aquilo que é certo deriva de uma noção mais geral daquilo que é o bem.

*Phrônesis* significa sabedoria prática: é o conhecimento moral necessário para agir de acordo com a virtude. Ou seja, se possuir alguma dessas disposições é condição para ser virtuoso, é preciso também saber utilizá-las com prudência. Esse conhecimento é adquirido através de experiências contínuas e de modelos, ligando virtudes à educação formal.

Na teoria ética de Aristóteles, a *phrônesis* é classificada como uma virtude intelectual que envolve deliberações baseadas em valores, preocupada com julgamentos

---

práticos (KINSELLA; PITMAN, 2012). Ela distingue-se de outras duas do mesmo tipo – *episteme* e a *techne*. A primeira é o conhecimento científico, universal e invariável que origina a epistemologia. Já a segunda refere-se ao conhecimento pragmático, variável e dependente de contextos, orientada para uma racionalidade instrumental. Dá origem a termos como técnica e tecnologia.

*Eudaimonia*, por sua vez, é o florescimento humano do agente. Diz respeito à finalidade das ações, àquilo que orienta a prática virtuosa. Aristóteles propõe uma teoria ética voltada ao bem comum; o ato de florescer, portanto, não é individual. Pode ser resumido na ideia de “viver bem em conjunto”, sendo que *eudaimonia* é um conceito que não se reduz à felicidade, mas a autorrealização do sujeito<sup>7</sup>. Esse fundamento no comunitarismo origina correntes éticas como o cuidado, discutido anteriormente na filosofia feminista de Gilligan, que coloca a agência moral em uma perspectiva relacional.

Podemos observar que os três elementos coexistem: uma ação moral virtuosa necessita de disposições – as virtudes – orientadas para uma finalidade – o florescimento. Nas tomadas de decisões frente a dilemas, agentes se valem de um saber prático, a *phrônesis*. A nosso ver, este parece ser um dos elementos-chave para explicar o desenvolvimento moral no jornalismo.

Uma vez que julgamentos morais pressupõem tomadas de decisão, vamos nos deter no conceito de *phrônesis*, ou seja, no conhecimento necessário para atingir determinados fins. Como se dá a construção dessa reflexão virtuosa? Kinsella (2012) lembra que pensamentos não são práticas apenas individuais, mas sustentadas por outro pensamento de fundo, coletivo, semelhante à compreensão cognitiva de que partilhamos um terreno comum pré-organizado e esquemático (VAN DIJK, 1990). A autora recorre a pesquisas da fenomenologia e sintetiza um *continuum* na operação dos processos reflexivos, que ocorre de forma dinâmica e interativa. A *phrônesis*, portanto, instaura uma reflexão intencional (considerações sobre crenças), incorporada (conhecimento revelado na ação), sensível (que intui emoções) e de reflexividade (o discernimento das condições sociais acerca do próprio conhecimento). Nesse sentido, o sujeito orientado ao conhecimento prático da *phrônesis* está ciente de que a reflexão transpassa características individuais e também diz respeito ao “papel do poder, do discurso e da intersubjetividade

---

<sup>7</sup> Críticos à teoria ética de Aristóteles consideram sua ideia de florescimento humano demasiadamente vaga. Filósofos neoaristotélicos que retomam a doutrina das virtudes a partir da década de 1970 e 1980 buscaram explicações mais substanciais para a ideia de *eudaimonia*, sendo Alasdair MacIntyre um de seus principais representantes, em *Depois da virtude*.

---

na construção de ‘versões da realidade’ na prática, e consciente do imperativo da reflexão atenta e do diálogo” (KINSELLA, 2012, p. 47).

A reflexão está implicada na prática profissional através de julgamentos e ações. *Phrônesis* é um conceito particularmente relevante ao jornalismo por se tratar de uma profissão que vivencia situações indeterminadas, lida com acontecimentos complexos e precisa tomar decisões a todo instante (DONSBACH, 2004). Contudo, o que qualificaria um julgamento como “*phronetico*”? Para caracterizá-lo, Kinsella (2012) contribui com três critérios específicos que não são o fundamento da *phrônesis* em um sentido normativo, mas considerações que podem guiar agentes morais dispostos a tomar decisões com base na sabedoria prática.

Dois dos critérios são o imperativo ético e o potencial de transformação. No primeiro caso, Kinsella (2012) expõe a centralidade da moral no conhecimento das profissões; no segundo, incorpora a necessidade de que decisões não devem obedecer apenas a pragmatismos pessoais, mas à possibilidade de emancipação e engajamento movidos pelo interesse em justiça social.

Contudo, o critério que nos parece mais relevante para caracterizar a *phrônesis* é a intersubjetividade dialógica (KINSELLA, 2012). Trata-se de reconhecer que a consciência e a reflexão não são apenas individuais, mas processos de natureza social e coletiva. Portanto, interpretações de dilemas morais abrangem uma perspectiva relacional. Kinsella (op. cit.) menciona a ética do cuidado como um exemplo que reconhece a natureza dialógica das decisões, pois pressupõe que também guardamos uma responsabilidade perante os outros. Assim, a intersubjetividade implica significados negociados dentro de um conjunto de práticas discursivas. A *phrônesis*, ao considerar essa natureza, estende sua interpretação para a realidade dos outros, aberta às possibilidades dialógicas implicadas nesse reconhecimento.

A ênfase na perspectiva relacional nos faz considerar que um dos elementos centrais da *phrônesis* é a empatia. Essa hipótese foi reforçada por alguns estudos anteriores que mencionamos. Na sua teoria dos estágios, Kohlberg já considerava que a chave para passar de uma etapa a outra era o aprendizado de ler situações do ponto de vista de outras pessoas (COLEMAN; WILKINS, 2009). Correa (2009) sugeriu que o envolvimento de jornalistas com os sujeitos das notícias é o que pode minimizar seus preconceitos com classes sociais e complexificar o pensamento moral. Coleman (2011) também correlacionou o alto nível de julgamento com a empatia e a compaixão que

---

peças sentem pelos sujeitos, quando imaginam como é estar no lugar deles. Para Lippmann (2009, p. 120), “é somente quando temos o hábito de reconhecer nossas opiniões como uma experiência parcial vista através de nossos estereótipos que nos tornamos verdadeiramente tolerantes de um oponente”, o que destaca a natureza social dos julgamentos morais e a conexão com o outro. A pesquisa de fôlego realizada por Wilkins e Coleman (2005) correlaciona altos níveis de raciocínio ético com jornalistas investigativos, como discutimos, e também com jornalistas cívicos, cujas práticas são fundamentadas pelo comunitarismo e pela ética do cuidado.

### Considerações finais

Em síntese, ao enfatizar que julgamentos morais decorrem principalmente do caráter, e não da obediência a princípios morais, a ética das virtudes sublinha que o agente adquire conhecimento moral e experiência por meio de contínuas ações virtuosas. Assim, consegue complexificar e adicionar mais variáveis em suas decisões, numa perspectiva relacional. Virtudes, por sua vez, são internalizadas pela prática consciente do agente e também pela influência de “modelos virtuosos”, como familiares, amigos e pares (QUINN, 2018). No caso do jornalismo, a validação social dos colegas jornalistas atravessa significativamente suas decisões morais (DONSBACH, 2005). Da mesma forma, o estudo de Lee, Coleman e Molyneux (2016) pontua que normas descritivas estimulam comportamentos éticos positivos. Logo, quando jornalistas observam que seus pares compartilham e discutem boas práticas no jornalismo, estes tendem a mimetizá-los.

O estímulo para a *phrônesis* nos processos de decisão no jornalismo perpassa três instâncias. A primeira delas é a discussão aberta sobre ética nas redações, o que inclui a transparência dos processos de apuração e o compartilhamento de experiências. A segunda diz respeito à educação formal nas universidades. Quinn (2018) critica o modelo curricular estadunidense, em especial a dimensão ética, e o considera falho na preparação de profissionais virtuosos. O autor ainda cita que programas de treinamento raramente aprofundam questões morais, e discursos sobre ética tendem a ser vistos como mera retórica. Por último, não basta termos um agente virtuoso para praticar ações virtuosas. No jornalismo, o poder de decisão é correlacionado ao desenvolvimento moral (WILKINS; COLEMAN, 2005), e está ligado a autonomia dos agentes. Logo, a *phrônesis* também é atravessada pela natureza institucional das organizações – seu alinhamento



político, concentração de propriedade, entre outros fatores que podem contrariar interesses do profissional.

Concluimos, portanto, que a *phrônesis* fornece elementos para o aperfeiçoamento dos julgamentos realizados por jornalistas. Está estreitamente vinculada à ideia de empatia, chave moral para complexificar a dimensão ética da prática jornalística. Nesse sentido, o aporte teórico da psicologia cognitiva enfatiza a natureza social na construção do conhecimento, além dos seus componentes psicológicos. Do mesmo modo, a doutrina das virtudes fornece sustento teórico para compreendermos a ética jornalística para além de regramentos morais que normatizam e engessam as práticas profissionais. Reiteramos, por fim, que uma abordagem multidisciplinar é necessária para compreender o campo específico da ética jornalística, especialmente nos processos de deliberação moral, para que análises micro não se tornem individualizantes, mas conectem-se à totalidade dos fenômenos.

### Referências bibliográficas

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014 (36ª. Ed.).
- COLEMAN, Renita; WILKINS, Lee. Moral development: a psychological approach to understanding ethical judgment. In: WILKINS, L.; CHRISTIANS, C (eds). *The handbook of mass media ethics*. New York: Routledge, 2009.
- COLEMAN, Renita. The moral judgement of minority journalists: evidence from asian american, black, and hispanic professional journalists. **Mass Communication and Society**, v. 14, n. 5, p. 578-599, 2011.
- CORREA, Teresa. Does class matter? The effect of social class on journalists' ethical decision making. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 86, n. 3, p. 654-672, 2009.
- DONSBACH, Wolfgang. Psychology of news decisions: factors behind journalists' professional behavior. **Journalism**, v. 5, n. 2, p. 131-157, 2004.
- KINSELLA, Elizabeth. Practitioner reflection and judgement as phronesis: a continuum of reflection and consideration for phronetic judgement. In: KINSELLA, Elizabeth; PITMAN, Allan (eds). **Phronesis as professional knowledge**: practical wisdom in the professions. Rotterdam: Sense Publishers, 2012.
- KINSELLA, Elizabeth; PITMAN, Alan. Engaging phronesis in professional practice and education. In: KINSELLA, Elizabeth; PITMAN, Allan (eds). **Phronesis as professional knowledge**: practical wisdom in the professions. Rotterdam: Sense Publishers, 2012.
- LEE, Angela; COLEMAN, Renita; MOLYNEUX, Logan. From thinking to doing: effects of different social norms on ethical behavior in journalism. **Journal of Media Ethics**, v. 31, n. 2, p. 72-85, 2016.

LIPPMANN, Walter. **A opinião pública**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LORENZO, José Manuel Chillón. La ética periodística como ética aplicada. **Revista de Filosofía**, n. 44, 2011.

QUINN, Aaron. **Virtue ethics and professional journalism**. California: Springer, 2018.

SCHMITZ, Aldo. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro**: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

STOCKING, SH.; GROSS, Paget. **How do journalists think?** A proposal for the study of cognitive bias in newsmaking. Bloomington: ERIC, 1999.

VAN DIJK, Teun. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

VAN DIJK, Teun. **Ideology**: a multidisciplinary approach. London: SAGE Publications, 1998.

VAN DIJK, Teun. Notícias e conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, nº 2, p. 13-29, 2005.

WILKINS, Lee; COLEMAN, Renita. **The moral media**: how journalists reason about ethics. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005.